

**XXX CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI FORTALEZA - CE**

HISTÓRIA DO DIREITO

SILVANA BELINE TAVARES

JORGE LUIZ OLIVEIRA DOS SANTOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

H673

História do direito [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Jorge Luiz Oliveira dos Santos; Silvana Beline Tavares. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-869-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. História. 3. Direito. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

HISTÓRIA DO DIREITO

Apresentação

O XXX Congresso Nacional do Conpedi Fortaleza -CE: ACESSO À JUSTIÇA, SOLUÇÃO DE LITÍGIOS E DESENVOLVIMENTO", oferece mais uma oportunidade para a troca de conhecimentos entre pesquisadores nacionais e internacionais nas áreas do direito e disciplinas afins. Durante o evento, o Grupo temático História do Direito pode oferecer possibilidades de discussão sobre questões históricas e jurídicas para compreender a complexidade das culturas jurídicas e suas representações na sociedade, trazendo-nos a amplificação de habilidades interpretativas e críticas. As apresentações realizadas refletem a diversidade de abordagens em relação ao história do Direito, abrangendo aspectos teóricos, políticos, legislativos, jurídicos, sociais, econômicos e tecnológicos. Convidamos todos a explorar as contribuições apresentadas durante o evento.

O trabalho “A paradoxal transição do medievo ao moderno: uma análise estruturante da razão de estado” de Igor Moura Rodrigues Teixeira e Gustavo Cesar Machado Cabral tem por objeto a análise do processo de formação da concepção moderna de Estado, a respeito dos elementos estruturantes concebidos na Idade Média e que disciplinaram a formação das instituições políticas modernas apreciando os movimentos de institucionalização das formas de organização do poder político, no período entre os séculos XV e XVIII.

Isabelly Cysne Augusto Maia e Victor Alves Magalhães com o artigo “Da crise da república à reação do bom senso: compreendendo os caminhos do conservadorismo de Jackson de Figueiredo” trazem a partir da análise qualitativa um dos pensamentos percussores do conservadorismo (tradicionalismo) católico no Brasil no início do século XX, Jackson de Figueiredo, mais especificamente em uma análise da obra “Reação do Bom Senso: Contra o demagogismo e o Anarquismo Militar”.

Com o “O parlamentarismo no Brasil” Edivam Barbosa Dias Junior, Najua Samir Asad Ghani e Heloíse Siqueira Garcia analisam as incursões históricas do parlamentarismo e sua perspectiva no cenário brasileiro por meio de revisão bibliográfica que compreende um período histórico no país.

Gerardo Clésio Maia Arruda revela em “O significado do trabalho para a construção originária do conceito e do ordenamento da ideia de cidadania” a importância do trabalho para a construção originária do conceito de cidadania e para tanto, faz-se uma releitura das

condições ambientais que conduziram os Gregos Antigos para uma distribuição particular no espaço, uma vez que se orientou pelo potencial de produção da riqueza a partir da exploração da natureza.

Por fim em ““Ligados no tempo e no espaço””: estudo comparado entre godofredo viana e carlos maximiliano na formação do perfil notável entre o direito e a política a partir da primeira república”, Diogo Guagliardo Neves afirma que os mais diversos investimentos de capitais herdados, investidos e multiplicados, que permite a determinados agentes transitarem entre o direito e a política no Brasil, na passagem dos séculos XIX ao XX, são relevantes para a compreensão da própria historicidade do processo, que é de longo curso. Utilizando para tanto os casos exemplares de Godofredo Viana e Carlos Maximiliano, aparentemente distantes geograficamente e possuindo origens relativamente díspares.

Com a certeza de que os recursos e seus autores disponíveis nesta plataforma serão de grande relevância para o pensamento crítico no âmbito jurídico, convidamos todos a ler sobre essas valiosas contribuições. Através dessa colaboração, acreditamos que poderemos difundir conhecimento e estimular mudanças significativas. Esperamos que tenham uma excelente leitura!

Jorge Luiz Oliveira dos Santos

Silvana Beline

DA CRISE DA REPÚBLICA À REAÇÃO DO BOM SENSO: COMPREENDENDO OS CAMINHOS DO CONSERVADORISMO DE JACKSON DE FIGUEIREDO

THE CRISIS OF THE REPUBLIC TO THE REACTION OF COMMON SENSE: UNDERSTANDING THE PATHS OF CONSERVATISM BY JACKSON DE FIGUEIREDO

**Isabelly Cysne Augusto Maia
Victor Alves Magalhães**

Resumo

O artigo trata de um dos pensamentos percursores do conservadorismo (tradicionalismo) católico no Brasil no início do século XX, Jackson de Figueiredo, mais especificamente em uma análise da obra “Reação do Bom Senso: Contra o demagogismo e o Anarquismo Militar”. Para tanto, a metodologia escolhida foi a análise bibliográfica qualitativa de autores contemporâneos ao autor e que se dedicaram ao seu pensamento com o passar dos anos, para traçar no primeiro capítulo as origens e influências de Jackson de Figueiredo, para em seguida compreender o contexto que o autor estava inserido na República Velha e, finalmente, aprofundar-se na obra escolhida, que identifica traços e estratégias que demonstram ser o autor um dos expoentes no desenvolvimento do conservadorismo no Brasil, o que anos depois viria a influenciar o movimento integralista, trazendo ao debate público ideias que não foram capazes de aplacar a república, nem os processos democráticos, mas foram promotoras de um resgate da força da igreja católica no contexto nacional do século XX.

Palavras-chave: Conservadorismo, Jackson de Figueiredo, Século XX, Crise republicana, Igreja católica

Abstract/Resumen/Résumé

The article deals with one of the pioneering thoughts of Catholic conservatism (traditionalism) in Brazil in the early twentieth century, Jackson de Figueiredo, more specifically in an analysis of the work “Reação do Bom Senso: Contra o demagogismo e o Anarquismo Militar”. The methodology was the qualitative bibliographical analysis of contemporary authors to Jackson de Figueiredo and who dedicated themselves to his thought over the years, to trace in the first chapter the origins and influences of Jackson de Figueiredo, to then understand the context that the author was inserted in the historic period of “República Velha” in Brazil and, finally, to analyze into the chosen work, which identifies strategies that demonstrate the author is one of the exponents in the development of conservatism in Brazil, which years later would influence the integralist movement (Brazilian fascism), bringing to the public debate ideas that were not able to appease the republic, nor the democratic processes, but were promoters of a rescue of the strength of the Catholic church in the Brazilian context of the 20th century.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Conservatism, Jackson de figueiredo, 20th century, Republican crisis, Catholic church

1. O início do Caminho

Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, em 09 de outubro de 1891 e exerceu uma significativa influência no pensamento político brasileiro entre as décadas de 10 e 20. Por isso, foram produzidas diversas obras com comentários a produção do autor. Em apontamentos elaborados por E. D’Almeida Vitor (1980, p. 16) acerca da biografia de Jackson, surge a informação que esse teria tido uma infância conturbada, marcada por sucessivos episódios de depressão, o que lhe fez imergir no mundo da leitura, despertando-lhe o interesse pela poesia.

Realizou sua formação primária no Colégio Americano, de orientação episcopal. Diante de tal informação, algumas biografias de Jackson apontam que a influência do catolicismo, no período inicial de sua formação educacional, refletiria, posteriormente, em sua aversão a padres, fazendo-lhe aproximar-se do ateísmo, do marxismo e até mesmo do anarquismo (VITOR, 1980, p. 17).

Concluindo os estudos básicos, Jackson estudou no Ateneu Sergipense, sendo posteriormente transferido para o Liceu Alagoano. Em 1909, publicou sua primeira obra, intitulada “Bater de Asas”, a qual se caracterizava como um conjunto de poesias. Logo a seguir, o autor rumou para Salvador, onde cursou Direito na Faculdade Livre de Direito da Bahia que, hoje, corresponde a Universidade Federal da Bahia, tendo concluído a formação superior em 1913, retornando a Sergipe logo em seguida.

Durante os anos de graduação, imputa-se a Jackson de Figueiredo a condução de uma vida desregrada, que nada se assemelha com as ideias que lhe viriam fazer adquirir renome social, anos depois:

Sua evidência, naquela fase de sua vida, decorreu antes pela vida desregrada a que se entregou, ligando-se a tipos da pior espécie, com os quais participava de bebedeiras, provocando constantes brigas de botequim, do que resultaria seguidamente, estancar sua turbulência no Pronto Socorro, ferido, ou numa Delegacia de Polícia, detido por perturbações da ordem pública (VITOR, 1980, p. 17).

Atribui-se que o período mais cético do pensamento de Jackson de Figueiredo ocorreu entre 1913, ano de término da faculdade, até 1915. Posteriormente, rememorando essa fase de sua jovem vida adulta, o próprio Jackson de Figueiredo chega a elucidar que se deixou influenciar, acriticamente, por traduções baratas, amplamente disponíveis no mercado da pequena província que habitava. Hamilton Nogueira, um dos principais biógrafos de Jackson de Figueiredo, ao descrever a percepção do biografado sobre esse período de sua vida elucidada que:

Eis por que na minha adolescência, num fundo de província, em um pequenino meio onde todos os homens aplaudidos do Rio de Janeiro tomam o vulto de coisas sagradas, eu também, após os primeiros passos, fora dos livros escolares, fui imediatamente tocado no novo encantamento. As traduçãozinhas baratas eram em abundância no mercado, e com dois ou três anos de leitura, eu pude gabar-me de ser um rapaz de ideias adiantadas, materialista, inimigo da pradaria e, num crescendo, amoralista, imoralista, admiravelmente escudado, até a ingenuidade e o bom senso dos que me cercavam, cum *rien est vrai, tout est permis* que tinha por si o nome de gênio alemão, e era o quanto bastava (NOGUEIRA, 1976, p. 16)

Com o retorno a Sergipe, Jackson voltou a ter uma vida mais recolhida, resgatando a sua dedicação a leitura e a produção escrita. Em 1916, ele se radicou no Rio de Janeiro, tendo contato com a vida política e intelectual da capital. Nesse período teve a oportunidade de trabalhar na Câmara, como revisor de debates, foi professor de pedagogia no Colégio Wenceslau Braz, atuou como redator e articulista de diversos jornais, dentre eles a Gazeta de Notícias, tendo contribuído, também, para revistas em Minas Gerais, Natal e até mesmo em Buenos Aires. Dedicou-se, ainda, a produção de obras no campo da filosofia e a escrita sobre autores que admirava, dentre eles Farias Brito (SACARDO, 2008, p.33-34).

Observa-se, portanto, que em um primeiro momento de sua jovem vida adulta, Jackson de Figueiredo mostrou-se cético e materialista. Por isso, ganhou grande relevância na sua historiografia compreender o momento a partir do qual teria ocorrido a sua conversão ao catolicismo.

Nesse ponto, impende destacar que duas figuras teriam exercido importância fundamental na aproximação de Jackson com a Igreja Católica: D. Sebastião Leme e Farias Brito. Wellington Teodoro da Silva (2008) traça importante comentário sobre essa perspectiva:

Jackson de Figueiredo leu a Carta Pastoral, de dom Sebastião Leme, de 1916. Ficou impressionado com as afirmações do arcebispo sobre a inoperância e ignorância dos católicos brasileiros. Essa Carta e, sobretudo, Farias de Brito influenciaram sua conversão ao catolicismo, que foi um evento vasto em consequências, devido à grande operosidade de Jackson na movimentada década de 1920 (SILVA, 2008, p. 554-555).

Buscando, portanto, uma data efetiva que marcasse a conversão de Jackson, Odilão Moura (1978) aduz que esse fenômeno teria ocorrido em 1918, dois anos após o autor ter tido contato com a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme e momento a partir do qual começou a se dedicar a produção de obras que tratavam mais especificamente da relação entre ciência, política e catolicismo. Além dessas publicações, chama a atenção a grande quantidade de correspondências produzidas por Jackson no período, as quais seriam responsáveis por divulgar aspectos essenciais de suas ideias. Não obstante a produção intelectual, Jackson também ganhou notoriedade pelos discursos e pela arregimentação de pequenos grupos (SACARDO, 2008, p. 35), que chamava de “pequena igreja”.

A atribuição da conversão de Jackson em 1918 também se justifica pelo fato de que, nesse ano, o autor recebeu a cura da gripe espanhola, doença que havia dizimado milhares de vidas na Europa. Diante da inesperada recuperação, o autor atribuiu o fenômeno a religião, opção que vinha concretizando nos últimos anos (COSTA, 2015, p.136)

Dessa forma, Jackson passou a perceber, por influência do seu momento de vida e do pensamento de Blaise Pascal (grande influenciador de sua produção), que a ciência não consegue explicar todos os fenômenos. Observa-se, dessa forma, que o embate interno experimentado pelo autor (razão e seus limites), era o mesmo que movimentava a sociedade brasileira no início do século XX (CALDEIRA, 2010, p.263-264).

Dedicando-se a propagação de ideias políticas, associadas com o catolicismo, Jackson de Figueiredo fundou e dirigiu o Centro Dom Vidal em 1921, bem como a revista “A Ordem” em 1922, conseguindo atrair expressivo número de intelectuais. Suas ideias tinham por propósito difundir no Brasil:

uma expressão clara do catolicismo conservador, tradicionalista e mesmo reacionário. Este intelectual promoveu uma pregação considerada antirrevolucionária, de direita, fascista, lançando mão da divulgação de ideias formuladas por teóricos da contrarrevolução francesa (...). Vale lembrar que dado o caráter autoritário da sua pregação, Jackson também exercerá influência nos meios não católicos (RODRIGUES, 2013, p. 36).

Sobre esse ponto é que se verifica a riqueza na produção de Jackson de Figueiredo. O grande destaque da obra do autor não se deu pela qualidade das discussões filosóficas ou sociológicas promovidas, nem o estilismo empregado em sua escrita, pois lhe faltava formação sólida e conhecimento amplo de bibliografia (IGLESIAS, 1971, p. 143) (SACARDO, 2008, p. 27), mas seu diferencial esteve em sua ação, capaz de reunir ao redor do leigo militante diversos intelectuais, o que lhe renderia uma inquestionável projeção política no meio católico carioca. Conclui-se que o seu legado, foi a sua militância.

Não obstante se compreenda que a notoriedade na atuação de Jackson estivesse em sua militância, é importante destacar que o autor foi responsável por uma notável produção escrita, tendo publicado cerca de doze obras em vida, dentre elas ensaios políticos e produções literárias, fora duas obras póstumas (Aevum e parte de sua Correspondência).

A importância da militância de Jackson foi tão significativa, que mesmo após sua morte, ocorrida de forma repentina por afogamento, em 1928, quando o autor contava com apenas 37 anos, a Igreja Católica soube utilizar os empreendimentos desenvolvidos por ele para “recatolizar” o país. Fala-se que com sua morte “fechava-se o ciclo de criação da reação católica, que no Brasil nunca havia existido e depois de sua morte não mais desapareceu” (SACARDO, 2008, p. 33).

Nesse sentido, para melhor compreender o contexto social e histórico que motivou o surgimento da intelectualidade laica, com o retorno da proeminência da Igreja Católica no contexto político, far-se-á uma breve análise do Brasil no início dos anos 20. Afinal, se as ideias de Jackson de Figueiredo ganharam fôlego na sociedade do período, é porque ideias reverberavam por decorrência nas particularidades de seu tempo.

2. A crise da república: compreendendo o contexto do caminho desenvolvido por Jackson de Figueiredo

O surgimento de uma intelectualidade laica no início do século XX estava profundamente associada com o próprio planejamento da alta cúpula da Igreja Católica. No Brasil, esse cenário ganhou ainda mais fôlego, haja vista o fato que a maioria da população se declarava católica, mas vivia-se um catolicismo fraco e inoperante, que havia perdido espaços significativos com a Proclamação da República, não mais influenciando o espaço político. Conforme elucida Iglésias (1971, p. 132):

A grande prova do relativo malogro da Igreja está na sua completa perda de terreno em matéria de direção intelectual (...) País de maioria católica, de ensino quase sempre orientado, a inteligência nacional não é católica: se não é hostil à Igreja, é-lhe indiferente (...) Não há nenhum [intelectual] que esteja identificado com a Igreja a ponto de conhecer-lhe a fundo a doutrina e exprimir seu pensamento filosófico.

Associada a perda de espaço da Igreja Católica entre a intelectualidade, destaca-se como um segundo princípio motivador a reação do catolicismo, o fato de que a República instaurou diversos mecanismos de secularização, que demonstravam um firme distanciamento entre Igreja e Estado. O novo regime político trouxe algumas novidades no relacionamento com as religiões, dentre elas: a inelegibilidade dos clérigos, o impedimento de religiosos votarem nas eleições, a proibição de se ter ensino religioso nas escolas, dentre outras medidas (SIMÕES, 2005, p. 46).

Diante desse cenário, em 1916, a Carta Episcopal de D. Sebastião Leme, um dos textos que mais influenciou a conversão de Jackson de Figueiredo, passa a reverberar no país. Na carta, o bispo convoca a sociedade católica a ter uma participação mais ativa no plano político. Na mesma linha, o Papa Pio XI, por meio da encíclica *Quas Primas*, de 1925, adverte que “uma abundância de males invadiu a terra porque a maioria dos homens tinha-se afastado de Jesus Cristo e de sua Lei santíssima, tanto na sua vida e costumes, como na família e governo de Estado” (DOCUMENTOS DE PIO XI, 2004, p. 46).

Constata-se, nesse sentido, que a denúncia feita pela Igreja é de que, apesar da maioria da população se definir como católica, o que se observava era apenas uma religião formal, sem ação e sem senso crítico: “que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo?” (LEME, 1916, p. 6).

Observa-se, desse modo, que em um primeiro momento, o movimento iniciado por Jackson de Figueiredo encontrava apoio nas próprias pretensões da Igreja Católica para o período, em que os pilares fundantes eram: a ação e a reaproximação da Igreja com o Estado, por meio da captura das instituições oficiais e da intelectualidade pelos laicos.

Essa amálgama de ideias encontrou, no início da década de 20, o momento ideal para a sua profusão. A proposta do momento estava em desenvolver um pensamento nacional autônomo, sem recurso a elementos estrangeiros, tudo isso marcado por uma presença mais efetiva da Igreja. Fala-se do surgimento da “neocristandade”. Assim, “a Igreja não pretende uma volta ao passado ou às Instituições Monárquicas. A atitude do episcopado não é reacionária, mas simplesmente conservadora, (...) não interessa tanto a forma de Governo, mas sim a legalidade do Poder Político” (SIMÕES, 2005, p. 34).

Sobre esse ponto, Antônio Paim (1999) assevera que o cenário descrito revela o desenvolvimento do tradicionalismo político no país, o qual começa a se desenvolver como uma reação aos movimentos republicanos de separação da Igreja do Estado. Jackson de Figueiredo seria uma expressão desse conservadorismo, que não se opõe a opção política realizada pela república, mas que, por sua militância, dirigirá uma fala aos adeptos e seguidores do catolicismo para que empreendam vigilância a autoridade e a ordem e, assim, possa ser promovida uma aglutinação nacional. Logo, a resolução com os descontentamentos políticos não virá pela revolução, mas pela promoção da coesão social em torno de elementos comuns. Nesse sentido, Paim esclarece que na perspectiva de Jackson de Figueiredo:

A insatisfação deve ser canalizada legalmente. O caminho da eliminação dos defeitos da lei ou da prática governamental é o da ordem legal. Se a Constituição tem falhas – como os católicos são os primeiros a reconhecer – deve reformar-se legalmente e não há ser através de revoluções que alcançaremos tais objetivos (PAIM, 1999, p. 184).

Assim, a unidade nacional seria alcançada pela religião. Jackson de Figueiredo muda a perspectiva e não dirige o discurso às instituições, mas ao povo. Em seus argumentos enfatiza que se a unidade não fosse restabelecida, corria-se o risco de o Estado vir a ser dominado por facções, ampliando a possibilidade de revoluções, com o domínio do poder por interesses particularistas (SADEK, 1978, p. 98). Marcada pelo individualismo, pelo liberalismo e pela

democracia, o fracasso da República apenas poderia ser superado com o resgate ao nacionalismo. Afinal, “ela (a República Velha) representaria sob as vestes universalistas do republicanismo, o império de interesses privados e a dissolução de laços sociais fundamentais” (CASSIMIRO, 2018, p.151), situação que apenas poderia ser superada pela fé e pelo resgate da união nacional.

Assim, a estratégia inicial para empreender a reaproximação da Igreja com as estruturas do Estado esteve em promover a recristianização do Brasil, conferindo a ela uma face mais institucional, inserindo servos fiéis nos extratos intelectuais (COSTA, 2015, p.141). Por isso, em um primeiro momento, toda a articulação do movimento se deu para o povo, produzindo discursos que promovessem seu engajamento.

Nessa cruzada pela busca de novos fiéis e expansão da influência da Igreja sobre o Estado é que Jackson de Figueiredo deixou sua principal marca. Conforme destacado em ponto anterior do trabalho, a contribuição mais viva do autor não esteve na criação de modernas ou inovadoras teorias filosóficas, mas em sua ação, a qual em menos de uma década, considerando a sua conversão em 1918 e morte em 1928, desenvolveu aparatos de suma importância para a militância da igreja. Inclusive, essa é a marca central da neocristandade: a militância (COSTA, 2015, p. 146).

Como exemplos centrais da militância desenvolvida por Jackson de Figueiredo, retoma-se as discussões sobre a centralidade que o Instituto Dom Vidal e a revista A Ordem assumiram no período. Conforme afirma José Pereira de Sousa Júnior (2015), as produções advindas dessas instituições não configuravam publicações oficiais da Igreja, mas colaboraram para a profusão de ideias que estavam profundamente conectadas com as pretensões oficiais da ordem religiosa do período, contribuindo, portanto, com a "criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos" (PAULA, 2010, p. 15):

De caráter religioso-político, combatia toda a forma de transformação revolucionária. Assumia, ao mesmo tempo, uma função de formação religiosa e de embate político. Não era um jornal oficial da Igreja, mas um jornal católico, fundado por um católico de estreita colaboração e grande fidelidade ao seu arcebispo. O pensamento produzido pelos católicos nesse momento é elitista e moralista. Propunha que a sociedade deveria organizar-se a partir de princípios universalmente válidos, pensados por um sempre pequeno e seletivo grupo de intelectuais (SOUSA JÚNIOR, 2015, p. 95).

Além da criação do Centro Dom Vidal e da Revista “A Ordem”, que serviram como os principais difusores da militância leiga da época, outra forte marca na atuação de Jackson de Figueiredo era o uso de argumentos polêmicos, que se centravam em temas centrais, tais como: catolicismo, ordem, autoridade, contrarrevolução, nacionalismo e restauração moral

(VILLAÇA, 2006, p.163). A permear todas as suas inquietações estava o catolicismo, o qual despontaria como a principal solução para todas as mazelas sociais.

Apresentar-se como crítico da República não significa que Jackson pretendia o retorno da Monarquia, mas defendia a constituição de um Estado forte e autoritário que controlasse até mesmo a imprensa, com propostas, inclusive, para a educação. Assim, o homem político e o homem católico eram indissociáveis, tanto que foi um dos centrais defensores da criação de um partido católico.

Jackson queria a ação franca e direta. Queria a fundação de um partido católico. Queria a luta aberta. Era um temperamento de cruzado e entendia empregar os métodos de ação direta para proclamar de novo a supremacia da Igreja. Daí a confusão aparente que nele se encontrava entre ação política e ação católica. É possível que seu temperamento naturalmente político o tivesse levado um pouco longe nas esperanças de um movimento político reacionário, para o bem da Igreja (MONTENEGRO, p. 231).

Como um desdobramento da sua ideia de centralidade da religião, Jackson defendia que apenas pelo catolicismo é que a união nacional seria alcançada. Por isso, demonstrou-se como um ferrenho crítico da imigração, pois esse fenômeno poderia ser uma das forças a promover a desagregação nacional, uma vez que com o ingresso de estrangeiros no país, outros elementos culturais desagregadores, inclusive religiosos, poderiam ser incorporados. Observe-se que, na Europa, o protestantismo vinha ganhando força no período.

A influência do catolicismo deveria atingir também a educação. Por isso, propôs o retorno das aulas de ensino religioso, que haviam sido retiradas dos currículos no início da implantação da República, tecendo severas críticas ao projeto laicizante que guiava a estruturação do Estado da época. Para ele, o instrumento central da coesão nacional seria a promoção de uma educação embasada no paradigma católico. Ademais, defendia que o ensino para o povo e para as elites deveria ser distinto. Nesse sentido, Sacardo esclarece que:

a educação para a elite correspondia à construção do nacionalismo e aos ditames dos rumos da nação, e para o povo, a repetição do modelo católico e a blindagem contra as influências anticatólicas. Baseado nesse princípio, Jackson de Figueiredo entendia que o conhecimento era privilégio de um grupo reduzido, constituinte da elite intelectual católica (SACARDO, 2008, p. 90).

Em síntese, observa-se que o pensamento de Jackson de Figueiredo mostra-se reacionário e conservador. O autor pretende retornar ao passado, para que o estado de coisas que lá vigorava pudesse ser mantido e, após o retorno ao passado, o *status* alcançado fosse conservado, o que só seria possível diante da centralidade que o catolicismo deveria alcançar. Por isso se diz que ele “quer perpetuar um estado de coisas que lhe parece encerrar toda a verdade; como o mundo em que vive já não apresenta essa situação, é reacionária, luta contra ele, quer voltar ao passado” (IGLÉSIAS, 1971, p. 112).

Assim, a posição de Jackson de Figueiredo não era pelo reacionarismo puro e simples, que buscasse apenas estancar o avanço do liberalismo, mas, também, defendia uma postura ativista, na medida em que acreditava que a ação católica se fazia necessária para a conversão da condição política republicana. Logo, o objetivo não era apenas retroceder, mas garantir que a nova estrutura seria guiada pelas legítimas forças da igreja católica (SACARDO, 2008, p. 57).

Dada a importância que dava a ação, Jackson influenciou e cativou pelo exemplo, persuadindo, por meio de sua vida terrena, que existiria uma vida eterna, pela qual valeria a pena lutar (LIMONGI, 1929, p. 267). Atribui-se, portanto, que a principal contribuição do autor seria despertar a compreensão que “(...) o Brasil, para ser independente, para ser Brasil, necessita ser cada vez mais firme e intensamente catholico. Esta foi a grande lição da sua vida” (LIMONGI, 1929, p. 269).

A preocupação em resgatar a importância da fé no Brasil dos anos 20 mostrou-se, também, na atuação jornalística de Jackson de Figueiredo. Logo, pode-se afirmar que nenhum dos empreendimentos desenvolvidos por ele foram em vão, todos apresentavam um claro propósito. Por isso, não obstante a sua morte precoce, o autor foi capaz de cultivar marcas indeléveis na formação do pensamento político brasileiro. Sobre a atuação jornalística de Jackson, Claudio Ganns (1929, p. 281-282) elucida que o autor utilizou da visibilidade jornalística para divulgar uma “força nova”, praticando um jornalismo doutrinário, que se utilizava de um irresistível poder de argumentação.

Considerando todo o cenário exposto: liberalismo, individualismo, democracia, secularização e produção de soluções nacionalistas para o Brasil, Jackson produz um discurso que reverbera de forma potente na política. Para ele, a política não deveria se preocupar apenas com aspectos materiais, mas, também, imateriais. O Estado deveria ser capaz de garantir a ordem, mas, também, deveria implementar as estruturas necessárias para o desenvolvimento da consciência religiosa, da ciência e das artes. Afinal, o homem é formado por múltiplas dimensões, caberia a política preocupar-se de todas elas (PINTO, 1929, p. 307).

Não se pode deixar de comentar, também, as críticas travadas a revolução. Como exposto, Jackson de Figueiredo acreditava que seus propósitos apenas poderiam ser alcançados pela legalidade. A revolução acarretava a dissolução nacional e a formação de facções. Por isso, foi tão crítico ao movimento do tenentismo, surgido durante a campanha presidencial de 1921 a 1922, quando se divulgaram no jornal Correio da Manhã, cartas de crítica ao exército, cuja autoria foi atribuída a Arthur Bernardes, candidato governista. Estas cartas dividiram as forças armadas. A cúpula do Exército permanecia alinhada com a Igreja, apoiando a continuidade da

gestão de Epitácio Pessoa e alguns núcleos passaram a apoiar Nilo Peçanha, o candidato da oposição.

Com essa divisão interna no Exército, surgiu, em 1926, a União Católica Militar (UCM), espécie de associação privada, cujas idealizações iniciais remontam ao ano de 1922. Seu propósito era reunir católicos do exército e das demais forças armadas para difundir a fé católica, propagar a ordem e o dever de respeito às autoridades. Nas palavras de Pedro Henrique Lessa Torres:

(...) enquanto o Centro Dom Vidal e “A Ordem” estão sob o domínio da Igreja Católica, a UCM e o Centurião representam uma aliança entre católicos e militares de maneira que existe uma clara influência católica, mas não há uma subordinação no campo militar (...). Jackson de Figueiredo inspirou a UCM e divulgou as ações dos militares católicos, mas não exerceu direção sobre a associação (TORRES, 2019, p.284).

Conclui-se que o pensamento de Jackson de Figueiredo se estendeu sobre diversos setores sociais, mas o fio condutor sempre foi o mesmo: a igreja católica e o cristianismo. Seu objetivo era resgatar a coesão nacional por meio da religiosidade. Nesse sentido, visando dar vazão às suas percepções centrais, foi publicado, em 1921, durante a campanha presidencial travada entre Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, o livro “Reação do Bom Senso: Contra o demagogismo e o Anarquismo Militar”.

Assim, no tópico subsequente far-se-á uma análise mais específica da referida obra, considerando o que já foi descrito neste trabalho sobre a vida, formação e contexto sociopolítico que influenciou Jackson de Figueiredo.

3. O fim do caminho: A reação do bom senso como meio de superar a crise republicana

Especificamente sobre o livro “Reação do Bom Senso: Contra o demagogismo e o Anarquismo Militar”, cumpre destacar que Jackson de Figueiredo abordou nessa produção suas principais ideias sobre o movimento tradicionalista, que se consolidava no Brasil, no início dos anos 20. Logo, não se aborda uma única temática, mas diversos assuntos são desenvolvidos pelo autor ao longo de mais de duzentas páginas, dentre eles: exército, a “nefasta” influência da maçonaria no país, a criação de partidos políticos específicos para representação dos católicos, discussões contrarrevolucionárias (nesse ponto, apresenta-se como grande adepto das ideias de José de Maistre), o papel do 15 de novembro para o Brasil, apresentação de visões nacionalistas, dentre outras notas que reforçam sua militância em busca de apoio na intelectualidade e nas camadas mais populares para alcance da transformação política.

No prefácio, o autor já sumariza importantes aspectos da sua abordagem. Inicia a obra elucidando a importância de um maior respeito à Lei, a autoridade e a ordem. Logo, mostra-se absolutamente contrário aos processos revolucionários e, até mesmo, a demagogia, que segundo ele, perpassava o processo eleitoral do momento (FIGUEIREDO, 1921, p. 13-14).

Assim, reforça um dos traços centrais de sua produção, que é elucidar que a mudança viria pela coesão social e não por meio de um processo revolucionário. Para se atingir a transformação pretendida, dever-se-ia obedecer rigorosamente às instituições e procedimentos. Logo, o discurso de Jackson não tinha no Estado o seu destinatário principal, mas sim o povo. Defende, portanto, a ideia de uma “resistência passiva”.

Seguindo essa linha de argumentação, o autor critica a forma como a república foi constituída. Afinal, ela se deu por meio de um processo revolucionário, que não contaria com expressivo apoio popular. A ordem foi subvertida, mas sem o apoio integral da sociedade para tanto. Nas palavras do próprio autor:

Dentro ainda da mais intransigente cegueira democrática, que sinal dava o povo da sua inteira solidariedade para com a facção revolucionária? Pelo contrário: tudo indicava que o regimen republicano como que achara leito a um volver de aguas mais calmo, e marchava para uma adaptação de caráter mais espontâneo as nossas necessidades. E foi nesse momento que a Revolução se fez ideal de meia dúzia de tresloucados ambiciosos e de retardatários sociais (FIGUEIREDO, 1921, p. 17).

Como não teria contado com vasto apoio popular, o fato é que a Revolução chegou a um ponto de ofuscamento de seu brilho inicial e não só isso, na visão de Jackson, as pessoas estariam desiludidas com as promessas republicanas, parece que tudo não teria passado de um terrível demagogismo. Assim, para superar esse estado de desânimo, em que a máquina pública estaria dominada por facções, persistia uma única alternativa: resgatar a moral política, embasada nos princípios morais e religiosos da Igreja Católica (FIGUEIREDO, 1921, p. 21). O resgate a essa moral pode perfeitamente ser realizado de forma pacífica, uma vez que a Revolução teria uma contradição interna irresolúvel, como diz Jackson:

Se os governos burgueses usam de tolerância e medidas suasórias, cresce na massa inculta a convicção da sua fraqueza, deles não tarda que empregue os meios violentos, na anciã imediata realização de seus ideais; se tais governos, pelo contrário, julgam-se fortes e reprimem as manifestações da ousadia proletária, passam a ser fábricas de mártires, por conseguinte, o melhor propagandista das ideias que combatem (FIGUEIREDO, 1921, p. 24).

Outro diagnóstico feito por Jackson, e que reforça os pontos desenvolvido no tópico anterior, diz respeito ao papel da imprensa no período. O autor afirma que a imprensa estaria desenvolvendo um papel vergonhoso na condução do processo eleitoral, manipulando opiniões e plantando informações difamantes em face do candidato governista. Assim, mais uma vez, a solução para essa questão estaria no resgate a moralidade católica na sociedade, a qual auxiliaria

na promoção da reconciliação entre autoridade espiritual e autoridade temporal. Se a moralidade retomar a sua centralidade, os votos e apoios políticos serão direcionados ao candidato que se filie a tais ideais (FIGUEIREDO, 1921, p. 35).

Enquanto o autor em exame criticava o papel manipulador da imprensa, ele próprio se utilizava do mesmo expediente. Conforme destacado no segundo tópico desse trabalho, Jackson usava jornais de grande circulação para difundir seus argumentos, a chamada “nova razão”, suas opiniões não apresentavam um caráter informativo isento, muito pelo contrário, buscava conquistar mais adeptos ao catolicismo, utilizando-se de uma via, ao mesmo tempo intelectual e popular, para tal intento.

O apoio a Arthur Bernardes para a campanha presidencial se justificava em grande medida pelo fato desse, na interpretação de Jackson, ser o candidato católico, que efetivamente conhecia e praticava a religião. Inclusive, para evitar dubiedades aos eleitores, o autor propõe a criação de um partido católico, o qual congregaria todas as autoridades praticantes desse aspecto da religiosidade (FIGUEIREDO, 1921, p. 46). Ocorre que os representantes oficiais da igreja no período se opunham radicalmente a criação de um partido nesse sentido. A justificativa da igreja para essa posição é que a criação de um partido católico estimularia a difusão de uma oposição, a ser realizada pelo partido anticatólico.

De todo modo, com ou sem partido específico, a obrigação da população católica era votar em quem defendia a fé cristã e tinha propostas no sentido de sua preservação e ampliação. Esse dever também se estenderia ao Exército. Como ordem e autoridade são aspectos centrais na obra de Jackson de Figueiredo – uma vez que o autor se baseia na organização oficial da igreja para justificar a hierarquia do Estado – então as forças armadas também deveriam respeito a autoridade civil, pois são componentes, peças da estrutura maior chamada Estado, logo lhe devem obediência.

O militarismo jamais poderia alcançar uma posição de proeminência em detrimento do Poder Executivo, afinal: “uma nação em que a ordem militar se sobrepõe à ordem civil, é politicamente, sempre foi uma nação que está a morrer, uma pátria de revoluções, uma fornalha de rancores e odiosidade, um cenário de negação” (FIGUEIREDO, 1921, p. 56).

O autor trata, inclusive, do movimento tenentista, elucidando que se de fato o incidente envolvendo o Sr. Arthur Bernardes, com a divulgação de suas correspondências pessoais, era verdadeiro, então não restava outra alternativa ao Exército, senão aguardar o resultado das eleições nas urnas. Empreender uma revolta, opor-se ao sistema por meio de armas não seria uma opção, sobretudo quando se fala de uma instituição que deve respeito e subordinação a

figura maior do Estado. A lei é a força e o Exército é a força da lei (FIGUEIREDO, 1921, p. 58).

Em um momento mais a frente da obra, o autor reitera a defesa pela criação de um partido político específico para os católicos, mas elucida que essa ideia não poderá vingar por não contar com o apoio das autoridades centrais da Santa Sé. De todo modo, Jackson traça argumentos persuasivos para difundir sua ideia e pela clareza do raciocínio consegue adeptos na empreitada, que em um primeiro momento não teria se consolidado, mas que funcionou de semente para o movimento integralista, que se desenvolveria nos anos 30.

Assim, Jackson reitera a importância de se reaproximar o Estado da Igreja, separação que teria sido desenvolvida pela força, com a qual a maioria da população não concordava, mas se a revolução havia se concretizado, não havia outra alternativa, era cabível respeito a nova ordem e a mudança deveria vir pelos caminhos legítimos e oficiais. A união nacional pela fé seria o vetor de impulso e transformação. O inimigo seria derrotado pelos caminhos adequados e não de emboscada.

Nós, os catholicos, condemnamos em these a separação da Egreja e Estado. Aceitamos-a como facto imposto pela violência e, como temos obrigação de respeitar as leis e autoridades constituídas, é dentro da mais radical e absoluta legalidade que pugnamos pelos nossos direitos, que são, no caso, os direitos mesmos da nação. A torpe indiferença religiosa (?) adoptada pelo Estado não implica que sejamos também indifferentes, em relação a questões vitais para a nossa fé, como essa, por exemplo, da elevação de um sectário de seita reconhecidamente hostil á Egreja, maximé quando podemos, de accordo mesmo com a letra expressa da lei, resolvel-as em nosso favor. Temos as mesmas armas que têm os nossos inimigos; não os atacamos de emboscada (FIGUEIREDO, 1921, p. 71).

Apesar de defender que o brilho inicial pela consolidação republicana teria se esmaecido no início dos anos 20, Jackson defende que o gérmen da revolução ainda se fazia presente na sociedade brasileira e precisava ser aplacado. Seu papel, portanto, era denunciar a demagogia nos discursos políticos, na imprensa e nas entrevistas que circulavam pela mídia. A militância denunciante, por sua vez, só alcançaria o resultado pretendido se o amor pela disciplina e pela ordem fosse cultivado (FIGUEIREDO, 1921, p. 127).

Há de se ter cuidado, também, com a democracia, que há de nos custar tão caro, pois ela possibilita a expressão das mais diversas seitas, facções e particularismos, que podem enfraquecer a união nacional. De todo modo, se esse é o modelo que adotou ou impôs, deve ser observado, como afirma Jackson, parafraseando José de Maistre: “Há um certo receio que faz parte verdadeira coragem política” (FIGUEIREDO, 1921, p. 129). Logo, a imprevisibilidade advinda da democracia alimenta o campo político.

Acredita-se que essas sejam as principais ideias que permeiam a obra em análise e que bem sintetizam as críticas que o autor tece à república e aos movimentos paralelos que ela teria desencadeado.

Não se percebe, entretanto, maiores digressões de como o político católico deveria agir para concretizar o plano reacionário e conservador de Jackson. Como voltar ao passado e transformar o funcionamento das instituições de forma legítima? Não deveria o novo governante ter responsabilidade com as minorias, derrotadas no processo democrático? A transformação de todo o aparelho burocrático, em observância as diretrizes de uma fé defendida pela maioria, seriam suficientes para manutenção da coesão social? Os grupos minoritários não participariam dessa coesão?

Jackson não responde a tais questionamentos na obra em análise, mas nos deixa indícios de possíveis respostas (por óbvio que é difícil premeditar respostas, mas diante de uma teoria tão uniforme, é possível estabelecer alguns padrões importantes). Como ele defendia uma educação distinta para a elite e para o povo, bem como acreditava que não existia política legítima fora da religião e da fé, as minorias contrárias seriam incorporadas ao sistema proposto pela inexorável alienação. A igreja controlaria os processos educativos e de formação, a produção intelectual reforçaria essa dimensão e a imprensa seria subserviente ao Estado, o qual deveria estar alinhado com a igreja. Com o domínio desses empreendimentos, a coesão não seria alcançada pela força (já que qualquer processo revolucionário ia de encontro as perspectivas do autor), mas pela alienação.

4. Conclusão

Conclui-se que, apesar de contraditória na vida pessoal, Jackson de Figueiredo traçou um caminho de produção intelectual um tanto quanto uniforme, sendo responsável pela criação de empreendimentos, como o Instituto Dom Vital e a Revista A Ordem, que reverberam no propósito de captação de fiéis e da difusão das crenças católicas por muitos anos, mesmo após a sua morte.

Como o autor dirigia as suas reflexões ao povo e não às instituições, utilizando-se das páginas de jornais e revistas para o seu intento, conseguiu diversos adeptos, das mais variadas camadas sociais, o que lhe conferiu penetração em diversos grupos.

Jackson desenvolveu uma teoria uniforme, com um claro propósito de regresso ao passado, em que haveria uma interconexão entre Igreja e Estado e em que o Estado estaria

aparelhado para desenvolver políticas que contribuíssem não apenas com o desenvolvimento material do homem, mas, também, com a sua dimensão espiritual.

Assim, a ideia não era o regresso puro e simples ao passado, mas o regresso com um propósito de resgate a centralidade da moral católica. Tudo isso seria alcançado por vias legítimas e legais. Ferrenho crítico aos processos revolucionários, utilizou na construção de sua doutrina diversos autores que opuseram a revolução francesa, como José de Maistre.

Nos limites da pesquisa desenvolvida não se detectou que Jackson de Figueiredo tivesse desenvolvido um pensamento de como deveria ser a atuação dos políticos depois de eleitos. Observa-se que o autor se preocupou fortemente em como o processo de escolha dos representantes deveria ser feito: defendeu a criação de um partido católico, dispôs que o papel do Exército estava em apoiar o Executivo, criticou o papel manipulador e demagógico da imprensa, posicionou-se no sentido de que a educação deveria ser matéria conduzida pela Igreja, mas não explicou o processo pós eleição, como o político deveria se portar?

A única preocupação que manifestou nesse sentido foi que o Governo deveria preocupar-se com o desenvolvimento das questões espirituais, garantindo o avanço da arte, da ciência e da religião, propriamente dita.

Por fim, destaca-se que as ideias de Jackson de Figueiredo permanecem circundantes na sociedade por meio do Instituto Jackson de Figueiredo, o qual tem sede na cidade de Aracaju, responsável, também, por alimentar página oficial na Internet¹ com o mesmo nome, em que são divulgados vídeos, notícias e enciclopédias relacionando vivências recentes com posições difundidas pelo homenageado.

Assim, pelos limites da presente produção, que se concentrou em apresentar em linhas gerais o início do percurso acadêmico do autor, o contexto social que lhe influenciou e as principais ideias difundidas em uma de suas obras centrais, acredita-se que Jackson de Figueiredo foi um dos expoentes no desenvolvimento do conservadorismo no Brasil, o que anos depois viria a influenciar o movimento integralista.

Suas ideias não foram capazes de aplacar a república, nem os processos democráticos, mas foram promotoras de um resgate da força da igreja católica no contexto nacional do século XX.

BIBLIOGRAFIA

¹Disponível em: < <https://www.institutojacksondefigueiredo.org/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Os caminhos de um conservador: Blaise Pacal no pensamento de Jackson de Figueiredo. Passo Fundo: **Histórias, debates e tendências**, Vol. 9, nº 02, 2009, p. 261/271.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. A revolução conservadora no Brasil. nacionalismo, autoritarismo e fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. **Revista Política Hoje**, v. 27, p. 140-161, 2018.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Fé e Obras: a construção da intelectualidade leiga católica no Brasil contemporâneo - os casos de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Coração. **Coletânea**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 134-158, 2015. Semestral.

DOCUMENTOS DE PIO XI. São Paulo: Paulus, 2004.

FIGUEIREDO, Jackson de. **A reação do bom senso**: Contra o demagogismo e Anarchia Militar. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1921.

GANNES, Claudio. O Jornalista. In: **A Ordem**, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, ano IX (I), 1929.

IGLÉSIAS, Francisco. Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo. In: São Paulo: **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 109-158.

JUNIOR, José Pereira de Sousa. O processo de Restauração Católica no Brasil na Primeira República. **Fato & Versões - Revista de História**, v. 7, n. 14, 2015.

LEME, Sebastião Cardeal. **Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, saudando aos seus diocesanos**. Petrópolis: Vozes, 1916.

LIMONGI, J. Papaterra. O Christianizador. In: **A Ordem**, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, ano IX (1), 1929.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. A Igreja na República. In: São Paulo: **Evolução do MOURA, Odilão. Ideias Católicas no Brasil**: Direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NOGUEIRA, Hamilton. **Jackson de Figueiredo**. Rio de Janeiro: Hachette; São Paulo: Loyola, 1976.

PAIM, Antônio. O processo de formação do tradicionalismo político no Brasil. In: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO (CDPB). **Jackson de Figueiredo (1891/1928): Bibliografia e Estudos Críticos**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia. 1999, p. 165/186).

PAULA, Christiane Jalles de. **Espaços de sociabilidade e relações de poder na Igreja Católica brasileira**: o Centro Dom Vital através das trajetórias de Jackson de Figueiredo e de Gustavo Coração. Caxambu: 34º Encontro Anual da Anpocs, out. 2010.

PINTO, H. Sobral. O realista político. In: **A Ordem**, Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, ano IX (I), 1929.

RODRIGUES, Cândido Moreira. **Expoentes do pensamento conservador e intelectuais católicos no Brasil**: apropriações e transições. Londrina: UEL. V Simpósio de Lutas Sociais na América Latina, 2013.

SACARDO, Volnei Antônio. **A autoridade acima de tudo!** - O pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo. Rio Claro: UNESP, 2008, 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Machiavel, Machaivéis**: A tragédia Octaviana. São Paulo: Símbolo, 1978.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo militante na primeira metade do século XX brasileiro**. Goiânia: História Revista, v. 13, n. 2, p. 541-563, jul./dez. 2008.

SIMÕES, Renata Duarte. **Integralismo e Ação Católica**: Sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação: História, Política e Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

TORRES, Pedro Henrique Lessa. O projeto educacional da União Católica Militar e o seu papel de aparelho privado de hegemonia na difusão de um pensamento conservador teocrático. **Revista Arte de Educar**. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 2, 2019, p. 276 -292.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VITOR, E D'Almeida. A controvertida figura de Jackson de Figueiredo. **Revista da Academia Sergipana de Letras**, Sergipe, v. 27, p. 15-24, 1980.